

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de
Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

9.^a Reunião
(16 de julho de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 15 horas e 5 minutos.

A Sr.^a Diretora-Geral do Tesouro e Finanças (Dr.^a Elsa Roncon dos Santos), após intervenção inicial, respondeu aos Srs. Deputados Filipe Neto Brandão (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), Paulo Sá (PCP), Ana Drago (BE), Elsa Cordeiro e Hugo Lopes Soares (PSD) e Cecília Meireles (CDS-PP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 17 horas e 17 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Srs. Deputados, estamos em condições de iniciar a reunião.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Cumprimento as Sr.^{as} e Srs. Jornalistas presentes e, em especial, a Sr.^a Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, Dr.^a Elsa Roncon dos Santos, a quem agradeço, em meu nome e vosso, a disponibilidade para estar connosco nos termos que inicialmente foram propostos por esta nossa Comissão.

Depois de uma troca preliminar de esclarecimentos sobre a metodologia dos nossos trabalhos, estou também informado que a Sr.^a Doutora deseja fazer uma comunicação inicial, pelo que vamos ouvir essa comunicação, após o que passaremos, como é próprio, à ronda das questões que os Srs. Deputados quiserem levantar.

Assim sendo, mais uma vez renovando os meus cumprimentos, dou a palavra à Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos, para a sua declaração inicial.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos (Diretora-Geral do Tesouro e Finanças): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar esta Comissão, os Srs. Jornalistas, o Sr. Presidente e as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Nesta intervenção inicial, começo por enquadrar o âmbito e as atribuições da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no exercício da função acionista do Estado, plasmados no artigo 10.º do Decreto-Lei 558/99, de 18 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

Assim, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças é responsável pelo acompanhamento das matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público administrativo e empresarial e da função acionista do Estado; pela análise dos relatórios e contas das empresas públicas diretamente participadas pelo Estado, tendo em vista a preparação das respetivas assembleias gerais anuais ou, no caso das entidades públicas empresariais, a preparação de despacho conjunto de aprovação de contas; pela compilação de dados financeiros da sua atividade; e pela produção de relatórios destinados à divulgação, que são publicados no respetivo *site*.

Da informação divulgada, destacam-se os boletins trimestrais e os relatórios anuais do sector empresarial do Estado, onde se incluem, desde o segundo trimestre de 2011 e do relatório anual de 2011, as responsabilidades potenciais associadas à celebração de contratos de risco financeiro — por empresa, agregadas por subsector e totais — que constituem o principal instrumento de análise com vista ao processo de tomada de decisão.

Para se entender o trabalho desenvolvido por esta Direção-Geral relativamente aos instrumentos de gestão de risco financeiro, terei de recuar no tempo e situar-me em dois períodos: o primeiro, anterior ao Despacho n.º 101/2009, de 30 de janeiro, em que a DGTF só ocasionalmente e por iniciativa das próprias empresas tinha conhecimento destas operações; e o segundo, após o Despacho n.º 101/2009, de 30 de janeiro, em que a DGTF passa a intervir diretamente e as empresas públicas não financeiras ficam obrigadas à comunicação das operações realizadas até 30 dias após a sua contratação.

Apesar de o Despacho não ter determinado a obrigatoriedade de parecer prévio, de um modo geral, foram acolhidas naquele Despacho as instruções anteriormente propostas pela Direção-Geral do Tesouro e

Finanças. Numa segunda fase, nos termos do Despacho n.º 896/2011, de 9 de junho, as empresas públicas não financeiras devem, previamente à celebração de contratos de instrumentos de gestão de risco financeiro, comunicar os projetos de contratação, ficando igualmente sujeitas a parecer prévio do IGCP.

No âmbito do Despacho n.º 896/2011, de 9 de junho, e analisado o teor dos considerandos, extrai-se, pela sua importância, a passagem do mero acompanhamento e controlo para um reforço do controlo preventivo, revestindo tal decisão de relevância no contexto dos compromissos assumidos pelo Estado português no Memorando de Entendimento, sobre as condicionalidades de política económica, e no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras, que preveem a inclusão nos relatórios relativos ao sector empresarial do Estado de uma análise detalhada de todas as responsabilidades explícitas e implícitas das empresas públicas.

Foi assim a DGTF confrontada com a necessidade de dar cumprimento a um despacho que instituía, pela primeira vez, um circuito de recolha de informação e a intervenção direta da Direção-Geral em matérias que anteriormente eram da exclusiva responsabilidade das empresas.

Não existia, até aquela data, qualquer forma de reporte global de informação sobre as operações no sector empresarial do Estado nem uma visão de conjunto da situação, pelo que foi necessário criar novos circuitos, avaliando cuidadosamente as áreas de intervenção de cada entidade envolvida, nomeadamente o IGCP e a própria Inspeção-Geral de Finanças (IGF).

Em 22 de junho de 2011, a DGTF divulgou um despacho orientador e criou também os instrumentos necessários ao seu acompanhamento por parte do acionista Estado e do Governo.

Refira-se ainda que o meu início de funções como Diretora-Geral teve lugar em 16 de agosto de 2011.

Em 4 de outubro de 2011, é submetida uma proposta de operacionalização do Despacho n.º 896/2011, de 9 de junho, com o objetivo de implementar o processo de sujeição a parecer prévio do IGCP. Sobre esta informação foi superiormente pedido parecer ao IGCP, em 21 de outubro de 2011. Paralelamente, em 11 de outubro de 2011, a Inspeção-Geral de Finanças enviou um ofício à DGTF solicitando evidência do cumprimento dos Despachos n.ºs 101/2009 e 896/2011, relativamente às orientações transmitidas às empresas, ao ponto de situação do cumprimento deste último Despacho, indicando a taxa de respostas obtidas pelas empresas e a indicação quanto à oportunidade de uma reunião conjunta entre a DGTF, o IGCP e a IGF.

Quanto ao ponto 3 do Despacho n.º 896/2011, de 9 de Junho, que se refere à reunião, considerando que se encontrava em estudo o procedimento de operacionalização das orientações superiormente definidas, concluiu-se que a reunião a ocorrer entre os três organismos revelar-se-ia mais oportuna numa fase posterior.

Adicionalmente, e ainda em 28 de dezembro de 2011, foi remetido à IGF um quadro-resumo detalhado com toda a informação recolhida junto das empresas, reportada à data de 30 de setembro, referindo-se que a mesma é objeto de ponto autónomo do boletim trimestral do sector empresarial do Estado.

Pela sua importância, refiro a reunião havida com uma empresa pública, a Metropolitano de Lisboa, ocorrida em 2 de dezembro de 2011, na sequência da qual me foi remetido um contrato com um banco estrangeiro, posteriormente enviado para o IGCP para parecer, no sentido de corrigir a situação, renegociar ou adiar.

Em 9 de dezembro de 2011, recebo o parecer do IGCP que desenha soluções e que informa que nenhuma pode ser concretizada no contexto do enquadramento legal vigente. O IGCP alerta também para o efeito de imitação sobre as restantes instituições financeiras expostas às empresas do sector empresarial do Estado, caso viesse a ser adotada uma solução específica para esta empresa, pelo que recomenda uma abordagem global do problema para todo o sector empresarial do Estado.

O parecer recebido do IGCP a 9 de dezembro é reportado à Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças no dia 12 de dezembro e, a partir desta situação, foi-nos comunicado e temos conhecimento que foi decidido adotar uma estratégia que reconhecia que o IGCP, na qualidade de gestor da dívida pública direta, seria a entidade apetrechada para apreciar e, eventualmente, negociar a carteira da dívida indireta.

Durante este período, colaborámos, desde fevereiro, na recolha de informação junto das empresas públicas. Disponibilizámos ainda a informação completa sobre as empresas públicas reclassificadas — a saber, Metro do Porto, Metro de Lisboa, Parque Escolar, REFER, Estradas de Portugal e RTP —, que foi enviada ao IGCP antes de o diploma de alteração do Estatuto estar publicado, mais precisamente, a 16 de agosto de 2012.

Posteriormente, e já a pedido do IGCP, foi feito o mesmo levantamento para as empresas públicas não reclassificadas que tivessem contratado instrumentos de gestão de risco financeiro.

Recentemente, já em maio de 2013, foi enviado um ofício solicitando a validação pelo IGCP da informação sobre os instrumentos de gestão de risco financeiro contratados a incluir nos boletins trimestrais ou nos relatórios anuais do sector empresarial do Estado. Esta solicitação tem como objetivo, face à complexidade das operações em causa e ao trabalho

já realizado pelo IGCP na sua avaliação, validar a informação transmitida pelas empresas que recorrem para tal aos bancos com os quais haviam contratado essas mesmas funções.

Por fim, conhecidas as graves limitações de meios com que lutam os organismos públicos, as dificuldades de recrutamento e manutenção de especialistas e técnicos com formação, entre outras, nas áreas financeiras, não posso deixar de salientar o esforço e a dedicação dos funcionários da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em particular daqueles que integram a área do sector empresarial do Estado, que sempre deram resposta às solicitações que lhes foram dirigidas e permitiram que a DGTF cumprisse cabalmente as funções e as tarefas que lhe foram atribuídas.

Conforme fica explicitado, até pelo relevo que lhes foi atribuído por anteriores participantes nesta Comissão de Inquérito, a DGTF assegura funções da maior relevância para a administração financeira, funções que, ao longo dos anos, nem sempre foram acompanhadas pela disponibilização dos meios necessários ao seu cumprimento.

Fico à disposição dos Srs. Deputados para responder às questões que entendam formular.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Paulo Sá pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, seria possível termos uma cópia da declaração inicial da Sr.^a Diretora-Geral? É que contém muita informação relevante.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Diretora-Geral acaba de me informar que enviará posteriormente à Mesa, uma vez que não está na forma que considera adequada para poder ser já distribuída.

De acordo com a previsão da ronda para esta sessão, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Diretora-Geral, em primeiro lugar, quero cumprimentá-la, agradecendo antecipadamente o envio da declaração que acabou de proferir.

A Sr.^a Diretora-Geral está numa Comissão Parlamentar de Inquérito com alguns constrangimentos ou enquadramentos normativos específicos — lá iremos! —, mas a questão que gostaria de começar por lhe colocar prende-se com a última intervenção feita, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, por parte do Sr. ex-Ministro de Estado e das Finanças Prof. Dr. Teixeira dos Santos, que referiu que a questão dos *swaps* foi abordada aquando da transmissão de pastas governamentais em junho de 2011, sendo que junho de 2011 é também a data do despacho, aliás, acabado de referir por V. Ex.^a, que incumbiu a Direção-Geral do Tesouro e Finanças de fazer a avaliação de propostas de atuação das empresas públicas no que diz respeito aos *swaps*.

No entanto, o Sr. Ministro Teixeira dos Santos acusou também o atual Governo de só em finais de 2012 ter acordado para o problema, o que o fez agravar em muito.

Ora, hoje lemos na imprensa *online*, e julgo ter também retirado essa ilação das suas palavras, que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças teria apresentado propostas ou linhas de atuação, ainda em 2011, à tutela, mas que a Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças Maria Luís Albuquerque não teria dado resposta ou orientação ainda nesse ano.

O que lhe pergunto é se confirma essas notícias.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral tem a palavra para responder.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, em relação a 2011, temos dois momentos. A Direção-Geral do Tesouro e Finanças participou na elaboração do Despacho n.º 101/2009, de 30 de Janeiro. Participou realmente.

Relativamente ao último despacho, o Despacho n.º 896/2011, de 9 de junho, ele decorre das orientações do Memorando de Entendimento. A DGTF divulgou-o e recolheu informação.

Em Outubro de 2011, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças tinha como objetivo cumprir o Despacho n.º 896/2011, e então submeteu superiormente uma forma de operacionalizar, nomeadamente o relacionamento com o IGCP, que tinha a ver com o parecer prévio, nomeadamente o papel da IGF.

A Sr.^a Secretária de Estado pediu, sobre essa nossa informação, parecer ao IGCP.

Decorre de toda a minha comunicação que foi entendido que o IGCP, sendo a entidade que estava a gerir a dívida pública direta, seria a entidade que deteria valências ou capacidade de recrutar valências para gerir a dívida pública indireta.

Não sei se respondi às questões do Sr. Deputado

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, faça o favor de prosseguir.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Não exatamente, Sr.^a Diretora-Geral, na medida em que, em cumprimento desse Despacho n.º 896/2011, e a menos que ele tenha sido revogado, a incumbência era feita à Direção-Geral do Tesouro e Finanças em articulação com o IGCP. Portanto, a questão que lhe coloco é por que é que é (assim decorre das suas palavras) foi subalternizada a Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao IGCP. Isso foi alicerçado em alguma informação técnica ou foi uma opção da tutela?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral tem a palavra para responder.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sobre esse ponto, penso que não estarei em condições de fazer juízos de valor. Do que posso informar o Sr. Deputado é que a Direção-Geral, na decorrência desse despacho, fez uma informação a operacionalizar esse mesmo despacho, que envolvia três entidades — Direção-Geral do Tesouro e Finanças, IGCP e Inspeção-Geral de Finanças —, e foi decidido superiormente pedir parecer ao IGCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr.^a Diretora-Geral, ainda na sequência da sua resposta, o que lhe pergunto é se nos pode dar as linhas

gerais das sugestões de operacionalização que a Direção-Geral apresentou então e se as mesmas foram acolhidas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — É evidente que as nossas orientações se confinavam um pouco ao que tinha sido o trabalho da Direção-Geral do Tesouro e Finanças até esse momento. Portanto, poderei informar que não houve acolhimento da nossa proposta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Registamos que não houve acolhimento das sugestões da Direção-Geral, mas queda por esclarecer que propostas é que não foram acolhidas. Portanto, se puder pormenorizar um pouco mais, Sr.^a Diretora-Geral, agradecia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, não trouxe esse documento comigo, mas poderei fazê-lo chegar a esta Comissão, se assim o entenderem.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — A resposta é, obviamente, sim. Gostaríamos de ter e queremos ter acesso a esses documentos.

O que continuo a perguntar à Sr.^a Diretora-Geral é se tem alguma ideia, genérica que seja, que possa pormenorizar um pouco mais essas propostas, não tendo obviamente a natureza exaustiva da leitura de um documento escrito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Em grandes linhas, era pedido o parecer prévio ao IGCP e mandatava-se ou dava-se poderes à Diretora-Geral do Tesouro e Finanças para validar as operações sempre que elas reunissem as condições de parecer e de legalidade das mesmas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr.^a Diretora-Geral, na decorrência da sua intervenção inicial, confirme-me as datas que aqui tenho: entre a proposta da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de operacionalização do Despacho n.º 896/2011, de 9 de junho, do Sr. Secretário de Estado Costa Pina, e a concretização da alegada alteração estatutária ao IGCP decorreu mais de um ano, ou um ano.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Em termos de datas, direi que foi submetida em 4 de outubro de 2011 e, em termos dos Estatutos do IGCP, eles foram publicados em 26 de agosto de 2012.

Mas, Sr. Deputado, permita-me chamar a atenção para que estas matérias são complexas, de grande levantamento e de envolvimento também complexo por parte das empresas e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Portanto, não são situações imediatas.

Por outro lado, já foi explicado pela Sr.^a Secretária de Estado, atual Sr.^a Ministra, que o IGCP teve de proceder às alterações dos Estatutos para acolher um maior âmbito e esta intervenção, nomeadamente na dívida pública indireta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr.^a Diretora-Geral, ainda relacionado com essa subalternização (e o qualificativo é meu, mas julgo ter também recolhido das suas palavras que não estará propriamente muito desconforme com a sua própria apreciação) da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, este Despacho de junho de 2011 do Sr. Secretário de Estado Costa Pina manditou expressamente a Direção-Geral do Tesouro e Finanças para proceder à contratação junto da Caixa Geral de Depósitos dos serviços de consultadoria financeira necessários para todo este processo.

Ora, sabemos que a Caixa Geral de Depósitos não foi contratada e que, alegadamente, de acordo com a imprensa, foi gasto meio milhão de euros numa consultora privada por parte do IGCP, muito mais tarde do que previsto.

O que lhe pergunto é precisamente por que razão a Direção-Geral do Tesouro e Finanças não cumpriu o despacho, ou seja, não contratou a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Relativamente às datas, tomei posse a 16 de agosto de 2011 e, nessa altura, já estava feito, desde 15 de julho, o relatório do ano do setor empresarial do Estado. Entretanto, eu própria decidi adiar a reunião com a Inspeção-Geral de Finanças e com o IGCP, dado que não havia elementos suficientes que permitissem tomar decisões e, por outro lado, aguardávamos as orientações da Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, que posteriormente entendeu que o IGCP, exatamente por ser a entidade que geria a dívida pública, seria a entidade com maiores valências ou com capacidade de recrutar valências nas áreas da dívida pública indireta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — A Sr.^a Diretora-Geral está a dizer-me que a Sr.^a Secretária de Estado Maria Luís Albuquerque revogou o despacho do Sr. Secretário de Estado Costa Pina nesta parte em que mandatava a Direção-Geral do Tesouro e Finanças para contratar a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Não direi o termo «revogar». O que acontece, como o Sr. Deputado sabe, é que todas estas situações são dinâmicas. Portanto, perante algumas informações, perante, inclusive, a informação do Instituto de Gestão do Crédito Público sobre o contrato *swap* da Metropolitano de Lisboa, entendeu que deveria haver enquadramento e valências que estariam melhor colocados no IGCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — A Sr.^a Diretora-Geral vai desculpar-me, mas vou insistir neste ponto. Se está a dizer-me que não houve revogação de um despacho, pergunto-lhe: havendo um despacho mandatando expressamente a Direção-Geral do Tesouro e Finanças para proceder a uma contratação junto da Caixa Geral de Depósitos, por que é que a Sr.^a Diretora-Geral do Tesouro e Finanças não cumpriu?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — O despacho foi cumprido na parte da recolha de informação. Houve orientações expressas da Sr.^a Secretária de Estado que atribuíam ao Instituto de Gestão do Crédito Público a negociação, o levantamento e, eventualmente, a solução para a complexidade deste *dossier*.

Nada mais tenho a acrescentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Posso concluir, Sr.^a Diretora-Geral, que a contratação da StormHarbour decorreu de uma opção da Sr.^a Secretária de Estado Maria Luís Albuquerque?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Desculpe, Sr. Deputado, mas das minhas palavras não pode concluí-lo. Pode concluir que o *dossier* foi entregue ao Instituto de Gestão do Crédito Público.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Posso concluir, *a contrario*, Sr.^a Diretora-Geral, que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, se tivesse continuado na incumbência desta matéria, teria cumprido o despacho e contratado a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Agradeço-lhe a sua pergunta, mas acho que já dei resposta várias vezes sobre o mesmo assunto. Se quiser que eu repita, volto a repetir.

Então, repito: o que eu disse foi que a Sr.^a Secretária de Estado entendeu que o Instituto de Gestão do Crédito Público teria as valências necessárias, já que é o gestor da dívida pública direta, para renegociar, estudar e analisar a gestão da dívida pública indireta, contratando ou não

entidades com valências que o pudessem acompanhar e complementar nesta complexidade e esta matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Mas em que data é que a Sr.^a Secretária de Estado decidiu isso?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Isso não tenho presente, terei de pedir informação ao gabinete da Sr.^a Secretária de Estado e poderei remeter-lha em breve.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr.^a Diretora-Geral, foi também aqui ouvido o Sr. Inspetor-Geral de Finanças, que se manifestou surpreendido com a determinação de uma auditoria proposta à própria Inspeção-Geral de Finanças e, segundo foi referido, também à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Supostamente, de acordo com as suas declarações, essa auditoria já estaria concluída, pelo que a primeira pergunta que lhe dirijo é se confirma que essa auditoria está concluída.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, a auditoria está concluída e foi entregue no tempo determinado pelo despacho. A auditoria foi entregue em 1 de julho. O limite era 30 de junho, que era um domingo, pelo que entregámos a auditoria na segunda-feira.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — A pergunta subsequente é se nos pode ir indicando, desde já (uma vez que, obviamente, iremos requerer a junção dessa auditoria), quais são as principais conclusões da mesma.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Peço imensa desculpa, Sr. Deputado, mas penso que essa auditoria terá de ser requerida através dos canais próprios e penso que, neste momento, não me compete dar informações sobre a mesma.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr.^a Diretora-Geral, vou discordar. A Sr.^a Diretora-Geral está numa Comissão Parlamentar de Inquérito e é obrigada a responder às perguntas dos Srs. Deputados, escusando-se apenas àquelas das quais resultar a sua incriminação.

Obviamente, não é o caso. Portanto, repito a pergunta, à qual a senhora está obrigada a responder: quais são as principais conclusões dessa auditoria?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, muito obrigada pela sua questão.

Fundamentalmente, a auditoria revela os procedimentos que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças cumpriu e os *timings* exatos, em termos processuais, que foram divulgados, recolhidos e compilados, a evidência de empresas que responderam uma primeira vez ou que não responderam, evidências de algumas situações que necessitaram de formulário, evidências de toda a parte processual que permitiu fazer o levantamento destes elementos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr.^a Diretora-Geral, há uma questão incontornável, como calcula, que hoje veio a lume em todos os órgãos de comunicação social, e que é a de que a Sr.^a Diretora-Geral terá pedido a demissão do seu cargo, alegadamente em divergência com a atual Sr.^a Ministra das Finanças.

O que lhe pergunto, Sr.^a Diretora-Geral, e recordando o que acabei há pouco de referir, é o seguinte: quais são as razões subjacentes ao seu pedido de demissão?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, pedi a demissão ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, Prof. Vítor Gaspar, e ao Sr. Primeiro-Ministro, no dia 1 de Julho, por motivos pessoais. Pedi a cessação das minhas funções.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Agradeço a sua resposta. Obviamente, não corresponde à verdade que tenha apresentado o seu pedido de demissão à Sr.^a Ministra das Finanças; apresentou-o, sim, ao Sr. Ministro das Finanças.

Sr.^a Diretora-Geral, uma questão que importa clarificar no decurso destes trabalhos (e trata-se de factos anteriores à sua entrada em funções mas dos quais, obviamente, tem conhecimento) tem a ver com o seguinte: até à entrada em vigor do sistema de normalização contabilística, cada empresa pública tinha o seu critério de registo contabilístico e algumas nem registo contabilístico tinham. Ora, na sequência dessa entrada em vigor, que ocorreu em janeiro de 2010, as primeiras contas que são suscetíveis de comparação (isto é, aquelas que obrigam aos mesmos parâmetros e, portanto, à comparabilidade de todas as contas) são aquelas que foram aprovadas no final do primeiro trimestre de 2011?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, realmente, a partir de 2010, e com a entrada em vigor do sistema de normalização contabilística, é obrigatório haver a evidência do justo valor dos instrumentos financeiros. Anteriormente, com o POC, ele era omissivo e algumas empresas evidenciavam no balanço ou no anexo às contas mas, normalmente, só evidenciavam a situação pontual financeira do ano e, portanto, é o que o Sr. Deputado acaba de afirmar das contas de 2011.

O Sr. Presidente: — Vamos agora passar ao Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Diretora-Geral, Dr.^a Elsa Roncon dos Santos.

A Sr.^a Diretora-Geral é Diretora-Geral, como disse, desde agosto de 2011 e aquilo que começo por lhe perguntar é se, com a informação que estava disponível relativamente a instrumentos de gestão do risco financeiro das empresas públicas e do conhecimento que tinha, em sua opinião, era possível atuar mais cedo na resolução deste problema.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado Hélder Amaral, é evidente que, em agosto, algumas das situações não estavam completamente validadas, porque estavam a ser feitas recolhas de informação, foi feito e entregue o relatório do setor empresarial do Estado, e estava a ser feito o relatório do trimestre.

É evidente que não era totalmente claro, de qualquer maneira, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças foi trabalhando sempre,

sucessivamente, na compilação, na recolha e a dar cumprimento ao despacho de 9 de junho de 2011. Portanto, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças não parou nas suas atribuições.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, tem a palavra.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — A pergunta tem a ver com o facto de termos tido a presença do Sr. ex-Ministro de Estado e das Finanças nesta Comissão, que nos deu uma panorâmica, a partir de 2006, de um conjunto de atos que pressupunham melhorar a relação com as empresas não financeiras e as outras, e os mecanismos de auditoria da parte do Estado.

Desde logo, em 2007, há uma resolução — se não me falha a memória, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, que aprovou os Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado —, que é a do bom governo societário; depois, em 2008, a relativa à obrigação de resposta e divulgação trimestral sobre informação financeira das empresas; em 2009, passou a ser obrigatório o pedido à tutela para autorização para qualquer financiamento; em 2009, falou no Despacho n.º 101/09, que obrigava, de facto, a informação sobre os instrumentos financeiros (*all-in-cost*) e que sempre que fosse obrigatório dar garantias reais eram consideradas um critério que merecia especial atenção, os relatórios e contas a entidades não financeiras incluía também um ponto autonomizado deste tipo de instrumentos.

Ora, a minha pergunta é, com toda esta informação, para além de poderem somar a isto o que a Inspeção-Geral de Finanças disse aqui, de forma clara – e lendo os relatórios desde 2003, 2005, 2006, e no relatório de 2008 é mais visível –, que dava nota e fazia alertas (e a Inspeção-Geral de Finanças disse que não tinha outra obrigação se não fazer alertas, mas

fê-los, constam dos relatórios) para a assinatura destes contratos *swaps*, da sua razoável execução até 2007, mas dos riscos todos que comportavam para as empresas a assinatura destes instrumentos, a minha pergunta é: perante esta informação, ainda assim, não era possível ter alertado, não era possível que a Inspeção-Geral de Finanças ou a tutela pudessem ter tido uma ação mais proativa? Era preciso, de facto, uma «bomba atómica» para perceber o caos e as consequências deste problema?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado Hélder Amaral, em primeiro lugar, não gostaria de fazer comentários relativamente à Inspeção-Geral de Finanças, porque penso que não me fica bem fazer comentários a outros órgãos da Administração Pública.

Relativamente à DGTF, no reporte e nos procedimentos, a situação foi identificada, tanto nas assembleias gerais como nos despachos dessas assembleias, onde consta o relatório e contas e a análise do relatório e contas; no reporte dos boletins e, efetivamente, no reporte da informação que era enviada para a troica.

Parte destas informações ocorrem em 2011, nomeadamente o Despacho n.º 896/2011, porque é uma exigência explícita e implícita do Memorando de Entendimento, do chamado, vulgo, MoU, portanto, ela decorre muito de uma exigência da troica, e isso era reportado, sempre e atempadamente, e passou a ser reportado trimestralmente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Diretora-Geral, posso concluir que, se não fosse o Memorando da Troica, esse famoso despacho, que tanto cita, o Despacho n.º 896/2011, não teria sido emitido?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Peço imensa desculpa, mas não posso responder à sua pergunta, porque não tenho elementos nem dados para o fazer. Peço imensa desculpa, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, faça favor.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Mas a Sr.^a Diretora-Geral já disse, várias vezes, que o Despacho decorre do Memorando e, por isso, pergunto-lhe: com a informação que aqui lhe descrevi dos instrumentos de auditoria, com toda a auditoria que tinha, de facto, este despacho podia, ou não, ter sido emitido mais cedo? Ou seja, não havia já informação necessária e suficiente, não havia já alertas necessários e suficientes para a emissão do despacho mais cedo?

Em maio de 2012, quando o Governo cessa funções, que conhecimentos têm da informação que existia, em concreto, sobre a assinatura deste tipo de produtos?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Peço imensa desculpa, Sr. Deputado, por não poder colaborar com esta Comissão, mas não posso responder a essa questão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, faça favor.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Diretora-Geral, alguma vez fizeram a análise da situação financeira das empresas?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — No setor empresarial do Estado, fazemos a análise da situação das empresas. Quando a DGTF avalia o relatório e contas, instrumentos de gestão – são emanados pelas empresas, todos os anos, os instrumentos previsionais de gestão –, analisamos e reportamos, empresa a empresa.

Em termos agregados, efetivamente, só espelhamos nos relatórios anuais e trimestrais. Agora, empresa a empresa, temos essa informação; empresa a empresa, reportamos em momentos vários, tanto nas assembleias gerais, como nos instrumentos previsionais de gestão, como quando há um endividamento e é necessária a autorização, quando há um financiamento com aval do Estado, em vários momentos, individualmente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Portanto, dessa avaliação da situação financeira das empresas, vendo que há empresas que assumiram compromissos em *swaps* que põem em causa a saúde financeira das empresas (há notícia de *swaps* que custam 71 milhões de euros à Carris e podem asfixiar a empresa), informações destas, que constam dos relatórios,

eram ou não suficientes para que alguém olhasse com um pouco mais de atenção para este tipo de produtos?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Mais uma vez, peço imensa desculpa, Sr. Deputado, mas não tenho elementos para responder à sua questão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, tem a palavra.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — A Sr.^a Diretora-Geral, enquanto Diretora, disse que não tinha meios técnicos para o fazer. Reconhecemos que esta matéria é bastante complexa, ao ponto de quem quis avaliar isto ter de recorrer a empresas de especialidade e a auditorias externas. Era crível que as empresas também tivessem dificuldades em conhecer todos estes produtos e subscrevê-los, de forma, pelo menos, diligente.

Aquilo que pergunto é se o problema é a DGTF não ter meios, como disse, para fazer uma avaliação concreta, precisa e rigorosa, e se concorda ou não que o IGCP é, de facto, hoje, a melhor instituição para analisar e avaliar esse tipo de produtos?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, relativamente à DGTF, infelizmente, tenho de concordar com o Sr. Deputado. Como disse na comunicação que fiz inicialmente, não temos meios para analisar uma matéria tão complexa. E concordo que o IGCP, como gestor da dívida

pública, pode ser a entidade a que seja entregue a gestão da dívida pública indireta.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, tem a palavra.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Diretora-Geral, disse que foram feitas análises empresa a empresa. Em momento algum se fizeram análises de nenhum contrato específico?

Apesar da falta de meios e de conhecimento, temos evidências de que há *swaps* — dois *snowballs*, por exemplo, na Metro e na Carris — que, no próprio dia da assinatura do contrato, já representavam prejuízos; ou seja, os *swaps* eram instrumentos para acautelar descidas ou subidas da taxa de juro mas, no próprio dia, no *day one PV*, já apresentavam desequilíbrios, o que dá a ideia, à sociedade, até a quem nada perceba deste tipo de produtos, de que havia ali mais qualquer coisa do que uma mera gestão cautelosa, prudencial, do risco de taxas de juro.

A pergunta é se conhece estes *swaps*, se alguma vez teve conhecimento destes *swaps* e se considera ou não que também este fator — que é conhecido, há vários alertas — merecia, ou não, da parte do Governo anterior, uma ação mais eficaz?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado Hélder Amaral, efetivamente, não conheço esses *swaps*.

Quando tive conhecimento, como referi na minha comunicação, numa reunião com o Metropolitano de Lisboa, de um contrato que tinha um

reembolso antecipado e, portanto, tornava a situação muito desconfortável, remeti-o para o IGCP, para parecer.

Não sei se respondi à sua questão, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, faça favor.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sim.

Sr.^a Diretora-Geral, no relatório do setor empresarial do Estado de 2012, produzido pela DGTF, é referido que, apesar dos objetivos da contratação destes instrumentos ser a cobertura de risco financeiro, verifica-se quer em 2010 quer em 2011, em consequência do baixo valor das taxas de juros, os instrumentos de gestão de risco financeiro representam um valor de mercado cada vez mais negativo.

Por sua vez, no relatório do IGCP, é referido que se constatou que as empresas, em especial, a Metro de Lisboa e a Metro do Porto, seguiam outras motivações que não a cobertura de risco.

Gostava de lhe perguntar, uma vez que é um relatório da Inspeção-Geral do Tesouro e Finanças, se concorda com esta afirmação ou se descobre outras motivações que não sejam só a cobertura de risco?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Concordo com a afirmação do Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, faça favor.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Diretora-Geral, quer precisar que outro tipo de motivações é que as empresas tinham que não a mera cobertura de risco?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — A partir do momento em que no relatório e contas dessas empresas começou a ser expresso o justo valor, a partir do momento em que os relatório e contas das empresas, a partir do sistema de normalização contabilístico, começaram a ser mais detalhados, percebe-se que alguns dos *swaps* não são só de mera cobertura de risco.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, faça favor.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — E são o quê, Sr.^a Diretora-Geral?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Não sei, não lhe sei responder, mas posso analisar com mais detalhe e mandar essa informação para esta Comissão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, faça favor.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Portanto, a Sr.^a Diretora-Geral concorda com essa afirmação. Isto acontece no relatório de 2010 e, ainda assim, acha que em 2010 e em 2011 não foi possível tomar nenhuma

medida, quando se conclui que as empresas utilizam estes instrumentos com outras motivações que não a mera cobertura de risco financeiro?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Peço imensa desculpa, Sr. Deputado, mas com algum ruído de fundo, não apanhei muito bem a sua questão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pode repetir a sua questão, sem descontar no seu tempo.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Diretora-Geral, o que lhe quero dizer é que o relatório de 2010, que é publicado, obviamente, em 2011, para «sossego de algumas almas mais inquietas», é uma consequência de um conjunto de relatórios e de um conjunto de observações que vemos relatados pela Inspeção-Geral de Finanças. A conclusão é que quero voltar, no fundo, à minha primeira questão.

É que considero, e pode estar em desacordo comigo, que, em 2009, fruto do Despacho n.º 101/09, fruto de um conjunto de mecanismos de melhoria de reporte da gestão financeira e da assinatura de contratos, era possível ter descoberto que estávamos perante uma motivação que não era a motivação de cobertura de risco. O relatório confirma isso e a minha pergunta é se era ou não verdade (e acabou por dizer que é verdade), se era ou possível (voltei ao início) que o Governo tivesse noção disso, porque tinha reportes trimestrais, tinha avaliação das empresas, tinha a noção exata do endividamento e do risco que corriam, e até tinha alguns *swaps* que, à data, a Inspeção-Geral de Finanças reportava, de forma clara, que estavam

a produzir graves prejuízos para as empresas que os tinham subscrito, nomeadamente a Metro do Porto e a Metro de Lisboa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, se calhar, não vou responder à sua questão, porque penso que ela já entra num foro político e eu tenho um cargo meramente técnico.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Ainda não fiz nenhuma observação política, limitei-me a fazer quase uma descrição dos instrumentos de análise das contas das empresas, limitei-me a fazer referência a um relatório, publicado em 2012, da própria Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que descobre e denota isso e limitei-me a referir aqui dois contratos *snowballs* que representam exatamente motivações que não são nenhuma...

Posso repetir-lhe a pergunta, que é: que avaliação é que faz, e fez, de um conjunto de assinaturas de contratos *swaps* para fixação de uma taxa de juro numa altura – o próprio ex-Ministro das Finanças deixou-nos aqui um gráfico – em que as taxas de juro baixavam consideravelmente, já na altura em que havia necessidade de comunicar à tutela e de comunicar à Direção-Geral do Tesouro e Finanças a assinatura dos instrumentos.

A minha pergunta é por que é que foram autorizados, ou por que é que foi permitido que as empresas fizessem contratos *swaps* de proteção de taxas de juro, quando a taxa de juro não apresentava nenhum risco?

O Sr. Presidente: — Foi a última questão colocada agora pelo Sr. Deputado Hélder Amaral.

Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado Hélder Amaral, a contratação desses instrumentos competiu às empresas e, portanto, foram elas próprias que determinaram esse tipo de contratação. Não posso acrescentar mais à pergunta do Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Passamos, agora, ao Sr. Deputado Paulo Sá, do PCP. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento a Sr.^a Diretora-Geral do Tesouro e Finanças e começo pela questão da sua demissão.

Tivemos hoje conhecimento que se demitiu das suas funções de Diretora-Geral do Tesouro e Finanças e informou aqui que já tinha apresentado esse pedido de demissão ao ex-Ministro Vítor Gaspar, alegadamente, segundo a comunicação social, devido a divergências entre a sua equipa na DGTF e a atual Ministra das Finanças.

A questão que lhe quero colocar é se há divergências entre a DGTF, a sua equipa, que agora apresentou a demissão, e a Secretária de Estado do Tesouro anterior e agora Ministra das Finanças.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça o favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado Paulo Sá, agradeço a questão, até para clarificar. Pedi a minha cessação de funções

no dia 1 de julho de 2013 ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças e ao Sr. Primeiro-Ministro, e não há qualquer divergência entre a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a Sr.^a Secretária de Estado, atual Sr.^a Ministra das Finanças.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Insisto na pergunta. Respondeu que não havia divergências entre a DGTF e a atual Ministra das Finanças. Pergunto-lhe se há divergências entre a sua equipa e a Sr.^a Diretora-Geral, nomeadamente na condução do *dossier swap*, com a anterior Secretária de Estado do Tesouro, atual Ministra das Finanças?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Agradeço a pergunta, Sr. Deputado, mas efetivamente a minha demissão ou a minha cessação de funções limita-se unicamente a motivos pessoais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon foi vogal do Conselho de Administração da REFER, com o pelouro financeiro, na mesma altura em que a atual Ministra das Finanças era diretora financeira dessa empresa pública. Tinha, portanto, conhecimento dos *swaps* propostos pela diretora do Departamento de Gestão Financeira. Aliás, como membro do Conselho de Administração, penso que teria de aprovar essas operações.

Dois *swaps* contratados nessa altura — um em março de 2005 e outro em março de 2006 — foram considerados complexos e de elevado risco pela StormHarbour. Pergunto-lhe como avaliou, na altura, a complexidade e o risco associados a estes dois *swaps*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado Paulo Sá, saí da REFER em 2002. Todas as referências que faz são posteriores e sobre elas não me posso pronunciar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Muito obrigado pela informação, vou passar à frente.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos exerceu funções como administradora em diversas empresas públicas em períodos em que essas empresas contrataram, sabemos hoje, *swaps*. Por exemplo, na REFER, de onde saiu em 2002, como acabou de referir, na Metro de Lisboa e na CP. Presumo, então, que esteve envolvida, como membro do conselho de administração dessas empresas, direta ou indiretamente, na contratação de *swaps* complexos, de elevado risco, problemáticos, tóxicos. Pode informar-nos sobre esta questão?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, poderá ver, pelo meu currículo e, infelizmente, pela minha idade, que estive na Metro

de Lisboa desde 1994 até 1996. Na altura, trabalhávamos em escudos e penso que se insistia algum *swap* era de câmbio, do material circulante, relativamente aos marcos.

Relativamente à CP, estive de 1996 até 2001. De qualquer maneira, se quer pormenores consulto aqui o meu currículo. Não foram contratados *swaps*, havia outro tipo de instrumentos, *monolines insurance* e outro tipo de instrumentos que eram utilizados, e não foram contratados *swaps*. Durante o meu período na REFER também não foram contratados *swaps*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Portanto, nos períodos em que estive nas empresas públicas que referiu, essas empresas não utilizaram esses instrumentos de gestão de risco financeiro...

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Com a exceção, Sr. Deputado, peço-lhe só esta reserva, do material circulante. Na Metro, normalmente, as carruagens eram Siemens ou outra marca, eram em marcos alemães e, portanto, nessa altura fazia-se instrumentos de risco de câmbio. Como estávamos em escudos, fazíamos *swaps* de risco de câmbio.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Esclarecidas estas, passo, então, a outro conjunto de questões.

Quando iniciou funções, em 16 de agosto de 2011, que informação recebeu do seu antecessor, Dr. Pedro Rodrigues Felício, sobre os contratos

swap das empresas públicas? Essa informação — se é que alguma foi transmitida — foi-lhe comunicada por escrito ou oralmente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — O ex-Diretor-Geral, o Sr. Dr. Pedro Felício, fez-me dois reportes: um relativo às urgências das empresas públicas, que tinha a ver com os empréstimos de curto prazo e de longo prazo e os desvios entre 4000 milhões a 5000 milhões, e, depois, para outro tipo de situações que eram prementes e que tinham de estar concluídas a breve trecho. Fez um outro reporte, que é um dossiê chamado troica, que, ficha a ficha, punha cada uma das medidas do Memorando e a situação dessas medidas, nas quais há efetivamente uma ficha que reporta a necessidade de se fazer o relatório, que, à data, já estava entregue à Sr.^a Secretária de Estado, em que deviam estar explícitos e implícitos os instrumentos de gestão financeira e os riscos contingentes.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Além dessa ficha que integrava o relatório troica, não lhe foi transmitida mais nenhuma informação por escrito, nem o seu sucessor lhe transmitiu oralmente mais alguma informação relevante sobre as questões dos *swaps* das empresas públicas?

O Sr. Presidente — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Não, que me recorde, não, e, na altura, havia uma situação muito mais grave, que era um dossiê

chamado PPP e outro dossiê que eram os empréstimos de curto prazo das empresas não reclassificadas, que teriam um desvio entre 4000 milhões a 5000 milhões e que teria de ser apurado até à outra visita da troica. Entrei após a primeira revisão e tínhamos de dar esses elementos na segunda revisão, que era muito próxima.

Foram priorizadas outras questões, nomeadamente a necessidade do lançamento de um concurso e do levantamento das PPP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Portanto, em conclusão, apenas havia essa ficha.

Quero perguntar-lhe ainda o seguinte: tendo em conta a sua experiência em diversas empresas públicas — já falámos sobre isso —, embora no período em que estive nessas empresas elas não contratassem *swaps*, tinha com certeza conhecimento, com a sua experiência no setor, de que havia empresas públicas, incluindo aquelas nas quais tinha trabalhado, que contratavam *swaps*.

Depois de assumir as suas funções, em 16 de agosto de 2011, e tendo conhecimento, presumo, desta realidade, tentou fazer algum levantamento relativamente às ações que tinham sido desenvolvidas pela DGTF até à sua tomada de posse no que diz respeito a esta questão?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Fui acompanhando os trabalhos que estavam em curso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Insisto se, após a sua tomada de posse, e tendo conhecimento desta realidade, da existência de *swaps* contratados pelas empresas públicas, não fez um levantamento, ou não pediu aos serviços que fizessem um levantamento, para trás, de todas as ações que, recentemente ou no passado mais longínquo, tivessem sido levadas a cabo pela DGTF relativamente aos *swaps*? Portanto, começou a partir do momento e não olhou para trás. Foi isso que afirmou?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — O que estava a ser feito era um levantamento exaustivo para dar cumprimento aos Despachos n.^{os} 101/2009 e 896/2011. Esse levantamento é que permitia, no fundo, ter algum detalhe sobre que tipo de *swaps* as empresas públicas estavam ou tinham contratado.

Os trabalhos estavam em curso, fiz um acompanhamento e, como já afirmei nesta Comissão, houve uma proposta de operacionalização no âmbito da DGTF, sobre a qual foi pedido parecer superior ao Instituto de Gestão de Crédito Público.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Vou insistir e precisar a minha questão.

Excluindo esse trabalho que estava a ser feito na sequência do Despacho n.º 896, de 9 de junho de 2011, teria havido, houve, tem conhecimento de que tivesse havido algum trabalho anterior a este

Despacho da DGTF relativamente ao levantamento dos contratos *swaps* realizados em empresas públicas?

O Sr. Presidente: — faça o favor, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, lamento imenso mas não posso precisar essa questão. Se quiser, posso ver e posso dar-lhe por escrito. De memória, situo 2009 e situo, antes, o relatório da Inspeção-Geral de Finanças, do qual há um despacho do Sr. Secretário de Estado que pede uma auditoria à IGF e pede orientações e instruções à DGTF, e as instruções produzidas pela DGTF dão origem ao Despacho n.º 101/2009. Para trás, teria de ver, para ser mais correta e concreta na questão que me põe.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — De qualquer maneira, teremos aqui os seus antecessores, com os quais iremos aprofundar essa questão.

Agora, relativamente ao Despacho n.º 896, do qual já se falou aqui bastante, é um Despacho que determinava, que as empresas públicas deviam enviar à DGTF, até 30 de junho, informação detalhada sobre os contratos *swaps* detidos por essas empresas, acompanhada de proposta da decisão que se revele adequada à mitigação dos riscos e à maximização da eficiência da operação de cobertura.

A pergunta que lhe quero colocar é se as empresas públicas abrangidas por este Despacho o cumpriram, enviando à DGTF até dia 30 de junho a informação especificada no Despacho?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado Paulo Sá, só um primeiro esclarecimento, que é o seguinte: embora o Despacho seja datado de 9 de junho, a evidência que tenho de pedidos para as empresas remontam a 27 de junho. Ora, nessa data, as empresas não podiam cumprir um prazo tão apertado e, portanto, houve mais algum tempo para as empresas puderem cumprir essa determinação.

Depois da informação recolhida, também se detetou que a mesma não estava toda completa ou não estava passível de ser agregada, e aí voltou a fazer-se um novo pedido às empresas. Não sei se respondi à sua questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Respondeu, mas pedia-lhe que precisasse as datas. Disse que foi pedido mais tempo, portanto, até 30 de junho não conseguiam cumprir e afirmou que houve mais um tempo para o cumprimento. Até que data foi prorrogado este prazo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Quanto ao despacho de pedido, de 27 de junho, do Sr. Diretor-Geral, não tenho aqui em evidência para lhe responder concretamente em relação às datas, mas farei chegar a esta Comissão essa evidência.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr.^a Diretora-Geral, tendo-se apercebido que as empresas não estavam a conseguir cumprir esse prazo, informou a Sr.^a Secretária de Estado da circunstância?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, peço imensa desculpa mas não me recordo se o fiz.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Em que datas é que cada uma das empresas abrangidas pelo despacho entregou a informação completa, incluindo aquela proposta de mitigação de riscos?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, vou pedir que me algum tempo fazer essa recolha de elementos e poder fazê-los chegar a esta Comissão. Não tenho de memória.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Então, solicito que possa enviar à Comissão o mapa em que conste, para cada uma das 14 empresas incluídas no relatório do IGCP, a descrição detalhada da informação enviada à DGTF pelas empresas públicas e a data em que essa informação foi

disponibilizada, fazendo o levantamento desde o dia 10 de junho de 2011 até à presente data.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Gostaria de esclarecer uma questão: quantos dias tenho para poder fazer chegar essa informação a esta Comissão?

Risos.

Peço imensa desculpa, mas isto não é fácil.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, 10 dias, em contagem de prazo administrativo, será suficiente?

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — A Sr.^a Diretora-Geral afirmou aqui (e vou tentar reproduzir textualmente o que referiu) o seguinte: «O despacho foi cumprido na parte da recolha de informação».

Portanto, há uma data em que o despacho foi cumprido, ou seja, em que todas as empresas tinham enviado a informação completa, acompanhada inclusivamente daquela proposta de mitigação de riscos.

Consegue precisar no tempo quando é que este despacho foi cumprido relativamente ao ponto 2?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — No fim de dezembro, reportámos à IGF um ponto de situação e um mapa resumo. Penso que essa data — e julgo que o referi na minha comunicação — será a data em que finalmente conseguimos ter o retrato total das empresas.

Se me der 1 segundo, poderei precisar.

Pausa.

Em 28 de dezembro de 2011, é remetido à IGF um quadro resumo detalhado com toda a informação recolhida junto das empresas reportada à data de 30 de setembro, referindo-se também que ela vai ser objeto de um ponto autónomo no boletim trimestral do setor empresarial do Estado.

Penso que poderemos considerar como o retrato final que foi enviado para a IGF. E vai ser esse, se me permitir, Sr. Deputado, que irei enviar a esta Comissão para responder à questão do Sr. Deputado sobre os elementos das empresas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Em resumo, o despacho determinava que as empresas deviam entregar, até 30 de junho, informação à DGTF. No entanto, houve atrasos por parte de algumas empresas, como já referiu, e informação que não foi entregue de forma completa e que teve de ser

solicitada novamente. Também já referiu a existência de falta de meios, pelo que, em vez de 30 de junho, passamos para 28 de dezembro, ou seja, seis meses depois. Isto é, há um atraso de seis meses no cumprimento daquele ponto 2 do despacho.

Em algum momento, transmitiu à Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro os atrasos que estavam a ocorrer, a falta de meios que a DGTF enfrentava, as dificuldades das empresas em entregar a informação? Em algum momento, houve uma conversa, uma troca de correspondência com a Sr.^a Secretária de Estado sobre estes atrasos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, em todos os momentos, referi à Sr.^a Secretária de Estado a falta de meios. Em todos os momentos, referi a todos os Srs. Secretários de Estado, nomeadamente das Finanças, a falta de meios. Isso foi recorrente em todas as minhas reuniões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Então, perante a informação que prestou à Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro sobre a falta de meios adequados da DGTF para cumprir o despacho nos tempos previstos, qual foi a decisão, as indicações ou as orientações dadas pela Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, quanto à falta de meios, não me referi à falta de meios apenas em relação ao *dossier swaps*; referi-me à falta de meios sistematicamente em relação a vários *dossiers*.

Paralelamente, estávamos a lançar um concurso internacional sobre as PPP.

Portanto, era evidente que os meios eram muito escassos para dar resposta atempada as todas as medidas necessárias e exequíveis, que tinham prazos apertadíssimos relativamente à troica e ao Memorando de Entendimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Portanto, podemos concluir que a DGTF, por falta de meios adequados para tratar de todos os assuntos que tinha em mãos, não pôde cumprir o despacho nos prazos devidos e informou a Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro, a qual não deu qualquer reforço de meios humanos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Relativamente à matéria do reforço de meios, é evidente que é uma matéria controversa porque, simultaneamente, é conhecido todo o enquadramento jurídico em relação aos organismos públicos.

Poderíamos utilizar a mobilidade e fomos buscar uma ou duas pessoas. Na altura, estava decidida a ser mais ambiciosa e queria uma contratação externa. Isso não foi possível, havia todo um enquadramento

que não o permitia. E, quanto a algumas matérias, a DGTF, embora cumprisse cabalmente todos os procedimentos de que foi incumbida, não teve eventualmente a excelência desse cumprimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Gostaria de explorar um pouco mais esta questão. Portanto, a DGTF tinha a intenção de cumprir aquele despacho, de proceder à recolha dessa informação, e de, nomeadamente em relação ao terceiro ponto do despacho, juntamente com a IGF e o IGCP, fazer a articulação para discutir os impactos resultantes dessas operações. Ou seja, havia toda a disponibilidade e empenho da DGTF. Mas a DGTF debatia-se com um problema: falta de recursos humanos para este *dossier* e para os outros.

Assim, colocou a questão à Secretária de Estado do Tesouro, a qual não reforçou esses recursos humanos, pelo que a DGTF, trabalhando com o que tinha e com os recursos que tinha, conseguiu finalmente cumprir o despacho, não no dia 30 de junho, como estava previsto, mas no dia 28 de dezembro, ou seja, seis meses depois.

Podemos, pois, concluir das suas palavras (parece-me inquestionável) que a DGTF fez tudo o que estava ao seu alcance para cumprir o despacho. No entanto, houve uma insensibilidade por parte da Secretária de Estado do Tesouro relativamente à falta de meios, não tendo sido feito esse reforço de meios, pelo que o assunto se foi atrasando.

Penso que é justo concluir isto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, o cumprimento do despacho orientador sai a 27 de junho para as empresas — tenho a evidência aqui. Portanto, as conclusões não são totalmente acolhidas por mim, nem poderão ter o meu acordo.

O Sr. Presidente: — Vamos, agora, passar à Sr.^a Deputada Ana Drago, do Bloco de Esquerda. Tem a palavra.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Diretora-Geral, também eu agradeço a sua presença nesta Comissão de Inquérito.

Deixe-me começar por tentar contextualizar qual tem sido o papel da DGTF ao longo do tempo, ao seguir estes instrumentos de gestão de risco financeiro. Alguns dos boletins informativos do setor empresarial do Estado começam a fazer referência a estes instrumentos, aos contratos *swap*, como nós aqui lhes chamamos de uma forma mais ou menos informal, a partir do terceiro trimestre de 2010. No boletim informativo do terceiro trimestre de 2010, bem como no do primeiro trimestre de 2011, são feitas referências, até elogiosas, aos instrumentos de cobertura de risco financeiro adotados por algumas empresas do setor empresarial do Estado, as quais são, portanto, elogiadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

De facto, só a partir do ano de 2011 começa a haver uma referência nestes boletins aos perigos que podem estar escondidos atrás destes contratos *swap*. Assim, no relatório do segundo trimestre de 2011, neste boletim informativo sobre o setor empresarial do Estado, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, aparece, em junho de 2011, relativamente ao *mark-to-market* do conjunto destes instrumentos, uma avaliação que fala em perdas potenciais de 1645 milhões de euros.

O que quero perguntar-lhe é se a informação sobre este valor que é apurado neste boletim informativo sobre o setor empresarial do Estado do segundo trimestre de 2011 é fidedigna e como é que ela chegou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr.^a Deputada, essa informação é recolhida junto das empresas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Mas, então, ela não decorre do Despacho n.º 896/2011, do Secretário de Estado; ela é pedida anteriormente às empresas, antes da operacionalização do despacho.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Ela decorre do despacho, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Ela já decorre do despacho?

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Já decorre do despacho.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Então, peço desculpa, mas não tenho acesso à data da publicação deste boletim informativo. Sendo ele relativo ao segundo trimestre de 2011, pergunto-lhe quando é que ele foi tornado

público, para que possamos perceber quando é que esta informação chegou à DGTF, vinda das empresas e dando conta do apuramento destas perdas potenciais das empresas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr.^a Deputada, vou pedir para enviar essa informação a esta Comissão. Está a pedir-me...

A Sr.^a Ana Drago (BE): — O boletim informativo do segundo trimestre de 2011.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr.^a Deputada, para completar um pouco a informação que não tenho, foi-me aqui agora referido que ele é terminado no dia 12 de agosto de 2011, mas não é publicado nessa data. Portanto, tenho de informar esta Comissão sobre quando é que ele foi efetivamente publicado. Não tenho de memória.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Ou seja, quatro dias antes do seu início de funções, de alguma forma, a DGTF tinha informação relativamente às perdas potenciais destes contratos *swap* do setor empresarial do Estado. Esta informação tinha-lhe sido feita chegar por parte do setor empresarial do Estado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Se bem percebi, Sr.^a Deputada Ana Drago, nunca disse que não tinha informação sobre esta... A Direção-Geral do Tesouro e Finanças é uma Direção dinâmica, que tem informação dinâmica. O que me foi perguntado, há pouco, por outro Sr. Deputado dizia respeito à passagem dos elementos do anterior Diretor-Geral. É evidente que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, como Direção dinâmica que é, tem informação dinâmica sobre estes assuntos. E eu também tinha informação dinâmica sobre esses assuntos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Mas chegamos, portanto, à conclusão de que, em 12 de agosto, a DGTF conhecia as perdas potenciais que poderiam estar relacionadas com estes contratos *swap* do setor empresarial do Estado.

É por isso que gostaria de fazer algumas precisões no conjunto de informações que nos deu aqui no seu testemunho inicial.

Diz-nos que, em 4 de outubro de 2011 (ainda de 2011), há uma proposta feita pela DGTF em relação à tutela, no sentido de operacionalizar o despacho do então Sr. Secretário de Estado, Costa Pina.

Disse-nos aqui, creio que em resposta a um Sr. Deputado, que essa proposta de operacionalização tinha a ver com a possibilidade de haver, primeiro, um parecer prévio — e não percebi se era da própria proposta ou se era em relação à contratação futura de novos instrumentos —, bem como de mandar a Diretora-Geral do Tesouro e Finanças para validar contratos, caso eles fossem legalmente corretos.

Pergunto-lhe se esta é toda a informação relativa à operacionalização do despacho, ou se havia, de acordo com as instruções do despacho, medidas de resolução em relação às perdas potenciais que, entretanto, tinham sido apuradas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sobre esse assunto, não trouxe informação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças em que se explicita a operacionalização.

O nosso propósito de operacionalização tinha mais a ver com o ponto 3 do Despacho n.º 896/2011, que era a articulação entre o IGCP e a Inspeção-Geral de Finanças, e, no nosso entendimento, com a necessidade de parecer prévio, vinculativo ou não, do Instituto de Gestão do Crédito Público.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Mas parecer prévio em relação a novos contratos ou parecer prévio em relação a uma solução relativa às perdas potenciais?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Se bem me lembro, relativamente a essa informação, acho que não havia grande relevo no que dizia respeito às perdas potenciais.

Mas enviarei essa informação à Comissão. Que me recorde, era mais a operacionalização das entidades envolvidas no despacho e a operacionalização da necessidade do parecer do IGCP, à semelhança do que se faz quando os financiamentos têm aval do Estado.

O Sr. Presidente: - Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Drago (BE): - Devo então perguntar o seguinte: perante perdas potenciais que foram apuradas pela DGTF, em junho de 2011, de 1645 milhões de euros, não havia por parte da DGTF a intenção de apresentar uma proposta de solução para perdas potenciais deste montante?

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Sr.^a Deputada, foi entendido, a partir de 4 de outubro e do pedido de parecer da Sr.^a Secretária de Estado ao IGCP, que essa matéria seria da responsabilidade do IGCP.

A DGTF ficou incumbida do tratamento processual dos elementos, bem como da compilação dos dados agregados para os relatórios e dos dados que pudesse reportar à Inspeção-Geral de Finanças e ao IGCP para as ações subsequentes.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): - Sr.^a Diretora-Geral, compreenda a nossa dificuldade: não conseguimos perceber como é que há perceção, dentro das instituições, dos organismos da Administração Pública, das perdas potenciais relacionadas com os contratos *swaps* do setor empresarial do

Estado, a partir de Agosto de 2011; disse-nos que houve uma proposta de operacionalização a 4 de outubro, que a 9 de dezembro houve um parecer do IGCP, no qual diz que não dispõe dos instrumentos legais para fazer face ao problema, e só a 27 de agosto, isto é, quase um ano depois do primeiro apuramento das dificuldades, é que surge a tal alteração aos estatutos do IGCP que, eventualmente, pode abrir caminho a uma solução. Ou seja, temos uma certa dificuldade em perceber como é que a informação corre entre os diferentes organismos da Administração Pública na área do tesouro e das finanças e a tutela política.

A Sr.^a Secretária de Estado não conhecia os boletins do setor empresarial do Estado, não tinha acesso a esta informação? Não achou que era necessário, em relação à proposta de operacionalização do despacho do anterior Sr. Secretário de Estado, dar alguma resolução a esta questão? Nunca foi pedido à DGTF que fizesse uma outra proposta de operacionalização?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, relativamente a essa questão, poderei dizer muito pouco. Os boletins eram enviados à Sr.^a Secretária de Estado. É esse o procedimento.

Relativamente à outra matéria, felizmente, tenho um cargo que não é de governo, que não é político, portanto, não posso responder às outras questões e aos outros considerandos. Lamento imenso mas não posso colaborar no esclarecimento da sua pergunta.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): - Então, a par de vários colegas meus, pois, aqui, já o pediram outros Srs. Deputados, solicitava-lhe só que nos fizesse chegar o seu primeiro testemunho, porque esta sequência de datas de tomadas de decisão e de propostas de solução que foram enviadas à então Sr.^a Secretária de Estado são importantes para percebermos que, entre 4 de outubro e 26 de agosto de 2012, não há nenhuma verdadeira decisão política que responda à questão.

Vou só colocar-lhe uma outra questão.

A DGTF fez, sucessivamente, o apuramento destas perdas potenciais que iam sendo acumuladas pelos contratos *swap*. Já no boletim informativo do setor empresarial do Estado relativo ao quarto trimestre de 2012 faz uma análise à sensibilidade da variação das taxas de juro Euribor. E há um aspeto que temos discutido nesta Comissão que nos deixa um pouco perplexos, que é a contratação ou a chamada carteira de *swaps* que é gerida por cada empresa do setor empresarial do Estado.

No caso da REFER, temos uma situação um pouco bizarra, no nosso entendimento, que é, perante um exercício especulativo da variação da taxa Euribor para menos 1% ou para mais 1%, os *swaps* que foram contratados pela REFER implicam sempre perdas potenciais.

Queria que nos ajudasse, aqui, a perceber como é que é possível uma empresa, aparentemente, fazer uma cobertura de taxa de risco em que perde sempre: perde quando a taxa sobe e perde quando a taxa desce. Conhecendo as suas competências e também as do organismo que tutela, gostava que nos ajudasse a perceber como é que isto pode acontecer.

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ana Drago, agradeço o elogio em relação às minhas competências mas, efetivamente, não tenho *expertise* para analisar esse tipo de *swaps*.

O Sr. Presidente: - Uma vez que a Sr.^a Deputada Ana Drago não pretende usar novamente da palavra, vamos, agora, passar a um outro conjunto de questões, desta vez colocadas pela bancada do PSD.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Sr. Presidente, começo por agradecer a presença da Sr.^a Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, Dr.^a Elsa Roncon dos Santos, nesta que já é uma longa audição.

Gostaria de reforçar algumas questões que já poderão ter sido abordadas por outros grupos parlamentares, mas cujo reforço é importante a bem da transparência e da clarificação dos objetivos desta Comissão de Inquérito. É para isso que hoje estamos aqui, é para isso que esta audição foi convocada: para apurar os procedimentos seguidos por cada empresa do setor empresarial do Estado na contratações de instrumentos de gestão de risco financeiro, suas consequência e implicações. Com esta introdução penso que poderei passar à primeira pergunta que lhe quero fazer.

Relativamente ao papel que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças tem tido, e delimitando o mesmo ao âmbito desta Comissão de Inquérito, pode fazer uma descrição do trabalho que tem sido levado a cabo pela própria Direção-Geral do Tesouro e Finanças deste que é Diretora-Geral, ou seja, desde 16 de agosto de 2011?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro, vou só pedir que me diga o seguinte: penso que está a questionar-me sobre os trabalhos levados a cabo no âmbito dos *swaps*, não está a questionar-me sobre os trabalhos levados a cabo no âmbito de Diretora-Geral do Tesouro e Finanças.

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Como disse anteriormente, dentro do âmbito desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Muito obrigada, Sr.^a Deputada. Penso que a minha informação e comunicação inicial foi bastante explícita.

Já agora, gostaria só de salientar que não a disponibilizo já porque ela está escrita para leitura e não em texto corrido, portanto, é mais um auxiliar de leitura. Julgo que amanhã, com alguns ajustamentos, ela poderá estar disponível e penso que reflete, de uma forma exaustiva, todos os procedimentos que a IGTF cumpriu e que deu cumprimento aos despachos orientadores, como tinha que fazer.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Sr.^a Deputada, conforme outros grupos parlamentares já hoje, aqui, disseram, ficaremos então a aguardar, porque acho que o seu documento inicial e a sua exposição são de extrema

importância para a clarificação de algumas questões perante esta Comissão de Inquérito.

Passarei, então, a colocar a minha segunda pergunta.

Relativamente à metodologia e aos procedimentos de elaboração dos relatórios do setor empresarial do Estado, pode descrever este processo e os seus procedimentos, referindo-se especificamente, aquando da preparação dos relatórios, à forma como foi ou é disponibilizada à Direção-Geral do Tesouro e Finanças a informação considerada relevante e que foi ou é requerida?

O Sr. Presidente: - Pode responder, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - A informação que é pedida às empresas é introduzida numa plataforma que já foi aqui divulgada, que é o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF). Já agora, por uma questão de esclarecimento, essa plataforma é partilhada com a IGF e com a Parpública, não é só da DGTF.

As empresas introduzem os elementos. É evidente que há muitas vezes todo um tratamento que tem a ver com formulários laterais, que no caso, para precisar, tornamos a enviar às empresas. Sempre que detetamos alguns desvios ou alguns números que, efetivamente, não fazem sentido em comparação com trimestre anterior ou em comparação com o ano anterior, tornamos a pedir a informação à empresa.

É um trabalho de grande minúcia, é um trabalho de grande controlo, até porque fazemos reporte relativamente ao setor empresarial do Estado não só à Direção-Geral do Orçamento (DGO), um reporte obrigatório, como à própria troica, sistematicamente, quando vêm os exames regulares. Não sei se respondi à questão da Sr.^a Deputada.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Então, o que me quis dizer é que também há lugar ao contraditório das próprias empresas do sector empresarial do Estado. Correto?

O Sr. Presidente: - Queira continuar, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Sempre que detetamos falhas ou elementos que não estão de acordo com períodos homólogos, falamos com as empresas e pedimos explicações adicionais.

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Que análises, averiguações ou recomendações faz a Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre as operações de derivados contratados pelas empresas do setor empresarial do Estado, nomeadamente quanto à sua adequação e risco?

O Sr. Presidente: - Pode responder, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Essa matéria, como já informei os Srs. Deputados, é expressa nos boletins anuais e trimestrais e tem sido, a partir de 27 agosto de 2012, seguida pelo Instituto de Gestão do Crédito Público.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Peço desculpa em insistir, mas nesses boletins passaram a constar, a partir de agosto de 2012, as respetivas recomendações?

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Não, os boletins estão formatados e orientados para definir riscos contingentes explícitos e implícitos em matéria de instrumentos de gestão financeira. É tão-somente este tipo de informação que os boletins revelam.

O Sr. Presidente: - Queira continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Como todos sabemos, no que respeita aos instrumentos de gestão de risco financeiro, embora assegurem uma maior eficiência na gestão do financiamento, pretende-se a minimização da exposição ao risco da taxa de juro. São instrumentos extremamente complexos, como a Sr.^a Diretora-Geral também já referiu, pelo que a sua utilização deve ser devidamente enquadrada em diretivas estritas de gestão e acompanhada por uma supervisão e um controlo adequados.

Na sua opinião, houve uma supervisão e um controlo adequados? Quem supervisionou a celebração destes contratos?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Peço imensa desculpa, Sr.^a Deputada, mas não sei responder à sua questão.

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Sabe quando é que foi lançado, e por quem, o primeiro alerta em relação a estes contratos com instrumentos de gestão de risco financeiro?

O Sr. Presidente: - Queira continuar, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Para além dos relatórios e do boletins, tal como referi, em termos pessoais, quando tive a reunião com a Metro de Lisboa e onde me foi entregue, a meu pedido, um contrato que tinha restrições extremamente penalizantes, nomeadamente a *early termination*, que era um reembolso antecipado de um pré-aviso mínimo, sobre o qual pedi imediatamente parecer ao IGCP.

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Na sua opinião, estes contatos, com este tipo de operações, foram adequados ao objetivo da gestão prudente da dívida pública?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: - Peço imensa desculpa, Sr.^a Deputada, pois, se calhar, não percebi a questão. Está-me a falar dos *swaps* contratados pelas empresas públicas?

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Sim, sim!

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos:- Penso que os *swaps* contratados pelas empresas públicas tiveram como primeiro instrumento a proteção da taxa de juro. Acontece que, com a queda das taxas de juro, os limites que esses *swaps* teriam foram completamente ultrapassados e, eventualmente (isso não poderei responder pelas empresas), as empresas estariam à espera que houvesse uma alteração de tendência e, portanto, os objetivos iniciais seriam repostos. Mas isto é a minha opinião pessoal e, como disse, não sou uma *expertise* nesta matéria.

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): - Penso que não será nas próprias empresas, porque o relatório da DGTF, de 2011, do setor empresarial do Estado faz mais referência à inversão da tendência da descida de taxa de juro, mesmo nessa época. Por isso, é normal que as próprias empresas tivessem, nesse caso, algum otimismo que não veio a acontecer e deu o resultado que deu.

Em que medida este modelo de contratualização serviu o interesse público, em detrimento de outras formas de contratualização, na sua opinião?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Tenho alguma dificuldade em responder à questão da Sr.^a Deputada, porque é evidente que podemos fazer análise depois de ter os dados todos, mas é evidente também que,

quando a pessoa está a gerir, os dados são determinados e não são todos. Portanto, não tenho elementos suficientes para fazer uma análise e um juízo de valor sobre a pergunta que me faz.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): — Vou reforçar novamente um pouco do que a Deputada Ana Drago referiu há pouco e que tem a ver com uma referência que está explanada no relatório de 2011 do setor empresarial do Estado da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que refere que, mesmo tendo sido solicitada informação às empresas, de acordo com o Despacho n.º 896, que já referimos hoje, a apresentação da análise de sensibilidade dos instrumentos de gestão de risco financeiro contratados à variação da taxa de juro, no entanto, nem todas as empresas tiveram capacidade de apresentar a mesma.

Como justifica esta situação e que medidas foram tomadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças para colmatar esta lacuna de informação?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — É evidente que as empresas, à medida que esses instrumentos se tornaram cada vez mais complexos, à medida que a DGTF foi reforçando os seus pedidos, que passou de anuais para trimestrais, com períodos muito curtos para informação, houve algumas empresas que, eventualmente, não detinham *know-how* suficiente para essa informação.

Naturalmente que muitas empresas recorreram aos bancos que contrataram esses produtos para darem essa informação, e até sobre essa matéria, e para minorar um pouco esta menor independência, também estamos a pedir ao IGCP que valide esses valores. Não sei se respondi à questão da Sr.^a Deputada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): — Sr. Presidente, vou, agora, partilhar esta primeira parte de questões com o meu colega Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, tem a palavra.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Sr. Presidente, quero cumprimentar a Sr.^a Diretora-Geral e agradecer-lhe a presença.

Quero começar por dizer que a Sr.^a Diretora-Geral foi, nesta audição, uma espécie de alfinete num balão e também, se me permite, aquela expressão popular de a montanha parir um rato.

É que no início desta audição havia Deputados a esfregar as mãos, como se viessem para uma audição onde ficasse muito claro que a Sr.^a Diretora-Geral, face às notícias hoje, curiosamente, vindas a público, se tinha demitido ou pedido a cessação de funções, como já aqui explicou, por divergências com a atual Sr.^a Ministra das Finanças.

Ainda bem que esta audição foi hoje, porque assim a Sr.^a Diretora-Geral teve a oportunidade, como eu dizia, de esvaziar o balão e deixar muito claro que foram razões pessoais que estiveram relacionadas com a

sua demissão. Os Srs. Deputados que esfregaram as mãos, fizeram-no cedo demais.

Quero começar por uma pergunta, que é esta: já teve a oportunidade de dizer que na transição de pasta — que tem sido também um dos temas muito falados nesta Comissão — com o seu antecessor, lhe foram entregues três pastas, e uma delas chamada troica — duas e um terceiro *dossier* que se chamaria troica,...

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Não, dois *dossiers*!

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — ... Então um segundo *dossier*, no qual estavam as únicas referências, segundo percebi das suas palavras, à questão dos *swaps*, quando dizia que tinham fichas relacionadas com as exigências das metas a cumprir pela troica e da necessidade de cumprir o calendário imposto.

Quero perguntar-lhe se, de facto, a única referência que o seu antecessor faz a esta matéria é a entrega desse *dossier* relativamente às metas acordadas com a troica.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Diretora-Geral.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, só duas precisões: são dois *dossiers*, um é genérico, contendo o organograma da DGTF e as urgências relativamente a determinadas medidas e a determinadas publicações, as PPP e outras matérias também relevantes, os desvios do setor público empresarial e o seu financiamento, e há um outro *dossier* que tem as medidas do Memorando de Entendimento. Nesse *dossier*, medida a medida, tem um ponto da situação e há, efetivamente,

uma ficha que tem a matéria em que está explícito que é necessário o relatório do setor empresarial do Estado informar e relevar, implícita e explicitamente, os riscos contingentes dos instrumentos financeiros contratados.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Sr.^a Diretora, pergunto-lhe se nenhuma outra informação, oral ou escrita, lhe foi dada.

Quero precisar este ponto. Estamos aqui a falar de perdas potenciais que ascendem a mais de 3000 milhões de euros, campanhas de alarme que tocaram no País e que assustam os portugueses hoje porque é dinheiro dos contribuintes. Quero perguntar-lhe, de forma muito clara, se nada mais lhe foi dito sobre a questão de perdas potenciais de mais 3000 milhões de euros nestes contratos *swap* do seu antecessor.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, vou fazer um pequeno enquadramento.

Essas fichas tinham várias medidas. Nessa, que tinha a ver com os *swaps*, a medida era o relatório do setor empresarial do Estado, que estava feito, executado e entregue. Até tenho aqui *pro memoria* uma nota do meu antecessor que é «*done, done, done*». Portanto, é evidente que as situações estavam cumpridas.

As situações mais prementes, naquele momento e àquela época, eram outras e, se calhar, como sobre esta, da parte da DGTF, estava feito e entregue o relatório, não houve uma explicitação que evidenciasse toda esta

situação que veio a decorrer com a alteração das taxas de juro. Não sei se respondi, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, tem a palavra.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Foi muito clara, Sr.^a Doutora. É que, para fazer a vontade ao Sr. Deputado João Galamba, se ele quiser, ainda que fosse 1,5 mil milhões de euros de preços potenciais à data, já percebi que a herança era realmente pesada. É que havia outras preocupações que eram prioritárias face a esta e estamos a ver o montante desta. Demonstra bem a herança com que a Sr.^a Diretora e o atual Governo ficaram. Parece-me que é lapidar.

Ainda assim, quero perguntar-lhe se, pese embora estivesse lá o «*done, done, done*» relativamente ao cumprimento daquela meta, quando é que a Sr.^a Diretora teve conhecimento do despacho que foi assinado quatro dias após o ato eleitoral — sabe o despacho a que me refiro — e se o seu antecessor, na transição de pasta, lhe falou nesse despacho?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Tive conhecimento quando os serviços me reportaram a operacionalização do despacho e tive uma evidência mais sensível quando a Metropolitano de Lisboa, numa reunião, me apresenta essa informação e todo o contexto relativamente aos problemas com que a Metropolitano de Lisboa se debatia em termos dos contratos *swap*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Disse dezembro de 2011?

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Dezembro de 2011. De qualquer maneira, em 4 de outubro de 2011, os serviços da Direção-Geral do Tesouro e Finanças propõem a operacionalização desse Despacho n.º 896 e, portanto, aí tenho conhecimento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, tem a palavra.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Sr.^a Diretora, tenho muito pouco tempo, mas quero deixar-lhe uma pergunta à qual lhe peço, com toda a franqueza, para não se escusar a responder. É que nós, nesta Comissão de Inquérito, temos de tirar conclusões.

De resto, houve já uma auditoria, que teve a oportunidade de abordar quando o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão lhe colocou algumas questões sobre essa auditoria e o Deputado Hélder Amaral também já lhe fez esta pergunta, mas queria repisar.

A Sr.^a Diretora é uma reputada economista, conhecemos o seu currículo, passou por diversos cargos na Administração, teve e tem responsabilidades atuais na Direção-Geral do Tesouro. Quero saber a sua opinião sobre um ato de gestão e não poderá dizer que não tem opinião ou que não sabe. Tenho a certeza que sabe. Pode é dizer que não quer responder, mas também tiraremos daqui as nossas ilações.

Num momento em que as taxas de juro têm uma trajetória de descida que me parece manifestamente gradual e que todos adivinham que a taxa de juro vai descer, como avalia contratos *swap* realizados nessa altura com uma taxa de juro que cria as perdas potenciais que conhecemos? Não

estamos a falar de contratos de 2006, de 2007 e de 2008, mas dos últimos, os mais recentes. Como avalia a gestão de quem contratualiza esses contratos?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, vou pedir escusa mas eu não avalio.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Ficámos esclarecidos!

O Sr. Presidente: — Vamos, agora, passar às questões colocadas numa outra ronda e dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

Sr. Deputado, faça o favor.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, a intervenção será corrida e a Sr.^a Diretora-Geral terá a amabilidade de responder no final, mas vou ser muito sintético, até porque a maior parte das perguntas foram já colocadas. De qualquer maneira, vou fazer uma síntese e V. Ex.^a confirmá-la-ia ou não.

Decorre das suas palavras que, ao despacho de junho de 2011, o Sr. Secretário de Estado Costa Pina, que mandata a Direção-Geral do Tesouro e Finanças para proceder à inventariação ou a um relatório circunstanciado da situação das empresas públicas, há uma resposta da Direção-Geral do Tesouro em agosto de 2011.

Nessa data, como a Sr.^a Deputada Ana Drago há pouco referiu, há o boletim informativo sobre o setor empresarial do Estado, publicado pela DGTF. Portanto, Sr.^a Diretora-Geral, é a esse que me estou a referir. Há um

relatório circunstanciado nessa data, em agosto de 2011. Ora, em 4 de outubro de 2011 há uma proposta de operacionalização da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, suponho eu, com base na situação detetada pelo relatório e em cumprimento do despacho, que propõe uma operacionalização da resposta a dar por parte da Administração Pública.

Se propõe em 4 de outubro é porque está convencida de que participará da resposta. Vem a saber que a resposta será dada pelo Instituto de Gestão e Crédito Público, por decisão do Governo, em agosto de 2012. Ou seja, entre 4 de outubro de 2011 e agosto de 2012 decorreram 300 dias, 10 meses.

O Sr. Deputado Hugo Lopes Soares acabou de sair mas referiu há pouco que estavam a tocar campainhas. Ora, acho que durante 300 dias está a tocar um xilofone.

Portanto, se não há resposta por parte do Governo, gostava de saber em que momento é que a Sr.^a Diretora-Geral soube que seria o IGCP a centralizar essa resposta.

A segunda pergunta refere-se à sua constante — as palavras são recorrentes — denúncia da carência de meios da DGTF e penso que terá dito mesmo que não teriam valências técnicas que permitissem avaliar a adequação das operações contratadas pelas empresas, o que é perfeitamente compreensível.

Agora, havendo um despacho do Sr. Secretário de Estado Costa Pina que mandata precisamente a Direção-Geral do Tesouro e Finanças para contratar a Caixa Geral de Depósitos para prestar assessoria financeira, a pergunta muito clara que lhe dirijo é se não seria esse um meio adequado para, precisamente, colmatar as insuficiências técnicas da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Ou seja, independentemente de tudo o resto, se a Sr.^a Secretária de Estado Maria Luís Albuquerque tivesse determinado que este

despacho, tal como foi formulado, fosse cumprido, a Sr.^a Diretora-Geral estaria hoje, eventualmente — é a pergunta que lhe coloco —, a confirmar que a Caixa Geral de Depósitos estaria prestado a assessoria técnica que hoje se queixa de não ter recebido.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Deputado, só quero fazer uma precisão, que é a seguinte: em outubro de 2011 há efetivamente a informação da DGTF e eu tinha despachos regulares com a Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, semanais, e algumas orientações eram transmitidas nesses despachos. Portanto, rapidamente fiquei a saber que seria o Instituto de Gestão do Crédito Público a entidade escolhida e vocacionada para acompanhar este *dossier*.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Não lhe poderei dizer se é antes de outubro, mas quando nós, em outubro, operacionalizamos, quando a Sr.^a Secretária de Estado pede o parecer ao IGCP e ao transmitir-me esse pedido de parecer superior, é porque o IGCP está a fechar, enfim, o quadrado. Penso que respondi à questão, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, sabe que, nesta fase, tem um tempo, em bloco, para colocar questões.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Presidente: — Refere-se a outras questões que colocou e que não foram respondidas. Com certeza.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Ela nem sequer foi posta, porque, efetivamente, o IGCP seria a entidade que ia acompanhar o *dossier...*

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas a Sr.^a Diretora-Geral responderá nos termos que considerar adequados.

Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra para responder.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Não foi equacionada qualquer diligência junto da Caixa Geral de Depósitos porque foi superiormente decidido que seria o IGCP a entidade que iria contratar, analisar ou escolher os meios adequados e necessários para poder tomar conta deste complexo *dossier*.

O Sr. Presidente: — Dou agora a palavra à Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Diretora-Geral, algumas perguntas cirúrgicas.

A primeira pergunta tem a ver com o Despacho n.º 896/2011, que decorrerá das orientações do Memorando de Entendimento. O que quero perguntar é o seguinte: presumindo que não há nenhuma «bola de cristal» no FMI, na Comissão Europeia ou no Banco Central Europeu, se este assunto foi parar ao Memorando de Entendimento é porque alguém, em algum momento, teve consciência da sua gravidade e da sua importância.

Sei que a Sr.^a Diretora-Geral não estava lá na altura e não lhe peço uma opinião. O que lhe pergunto é se em algum momento, formal ou informalmente, oralmente ou por escrito, ou seja por que forma foi, teve conhecimento de qual foi este momento em que alguém na Direção-Geral do Tesouro e Finanças se apercebe da gravidade da situação e das perdas potenciais.

Em segundo lugar, e também em relação a este Despacho n.º 896/2011, diz o ponto 2: «Devem as empresas públicas não financeiras enviar à DGTF, até 30 de junho...» — e eu lembro que o Despacho é de 9 de junho, portanto, no espaço de três semanas — «... informação detalhada...» — descreve a informação e depois diz — «... acompanhada de proposta de decisão que se revele adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura». Ou seja, aquilo que é solicitado é não apenas a prestação de informação mas também uma proposta de decisão.

O que pergunto é se quando a Sr.^a Diretora-Geral tomou posse, uma vez que foi em agosto e já tinha passado o dia 30 de junho, encontrou estas propostas de decisão de cada empresa em cima da sua secretária, se não encontrou, quando é que elas chegaram efetivamente, qual era o seu

conteúdo e se nos pode ser dado conhecimento desse conteúdo das propostas de decisão porque, afinal, o que era importante é que percebamos o que é que estava planeado fazer-se e qual era a decisão.

Em terceiro lugar, em relação ao Despacho n.º 101/2009, no seu último ponto diz-se: «Tendo em vista facilitar a comparabilidade entre as empresas do sector empresarial do Estado, devem as mesmas refletir, nas demonstrações financeiras de 2009 a aprovar em 2010, o efeito das variações do justo valor dos contratos de *swap* em carteira».

Sei que quando tomou posse o boletim informativo publicado já tinha esta informação, mas, ao que me consta, o boletim informativo de 2010, de que constavam informações sobre o sector empresarial de 2009, não tinha esta informação, apesar de ter sido emitido um Despacho que obrigava as empresas a prestarem esta informação. O que gostava que me dissesse é porque é que esta informação não foi incluída no boletim informativo sobre o sector empresarial do Estado logo que passou a ser obrigatória para as próprias empresas.

Por último, porque o assunto tem sido levantado — embora, com toda a franqueza, me pareça que não merece esse cuidado, em todo o caso, só para eu entender —, gostava que me explicasse quais são os procedimentos habituais de contratação pública para assessorias técnicas do género da que foi determinada: «A DGF fica mandatada para proceder à contratação junto da CGD de serviços de consultoria financeiros que se revelem necessários».

Pergunto se os procedimentos de contratação pública são normalmente determinados por um procedimento próprio, legalmente determinado, ou se há um despacho exarado por um governante que manda contratar esta ou aquela empresa e se o fator preço é tido em conta ou se

não, isto é, se um governante simplesmente exara um despacho e a Administração Pública contrata, seja qual for o preço.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr.^a Deputada, vou ver se não me perco nas várias questões

Primeiro ponto, relativamente às perdas potenciais, não tive qualquer informação a não ser através dos boletins e através da informação que neles está contida.

No que se refere à informação das empresas, é evidente que as empresas tiveram dificuldade em responder adequadamente ao despacho do anterior Secretário de Estado e é evidente que a própria DGTF teve um trabalho de alguma interação com as empresas. Posso mandar a esta Comissão os elementos que foram pedidos e os elementos que foram remetidos relativamente às empresas.

No que se refere à contratação pública, aplicam-se as regras do Código dos Contratos Públicos e não um simples despacho de um membro do Governo.

O Sr. Presidente: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Diretora-Geral, voltando ao Despacho n.º 896/2011, já nos foi dito que a DGTF teve dificuldade em cumprir o ponto 2 deste Despacho, devido a carência de recursos humanos, que esta situação foi exposta repetidas vezes à Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro, a qual, mesmo assim, não disponibilizou os meios necessários para se proceder ao levantamento da informação.

Disse-nos também que, a 28 de dezembro de 2011, a DGTF transmitiu toda a informação recolhida até então, por si, à IGF.

A primeira pergunta que lhe quero colocar é se esta informação recolhida pela DGTF e transmitida à IGF no dia 28 de dezembro foi suficiente ou se foi necessário recolher mais informação? Em caso afirmativo, no caso de ter sido necessário recolher mais informação, pergunto quem é que recolheu essa informação adicional e se a DGTF teve algum papel nessa recolha de informação adicional.

Por fim, relativamente a estas questões, pergunto-lhe ainda quando é que se deu por concluída essa recolha de informação, se a DGTF tem conhecimento de quando é que se concluiu a recolha de informação necessária depois ao cancelamento dos contratos *swap* que se verificou recentemente.

Em resumo, são estas as três questões que lhe peço para responder: se a informação era suficiente; se não era suficiente e se foi recolhida informação adicional, quem é que recolheu e se a DGTF deu algum apoio nessa recolha de informação; e quando é que ficou finalmente concluída a recolha de informação.

Sabemos de outras audições, e também porque nos disse, que a alteração aos Estatutos do IGCP, em agosto de 2012, determinou que fosse essa entidade a responsável pelo acompanhamento da questão dos *swaps* das empresas públicas.

A pergunta que gostava de lhe colocar é se a DGTF, de alguma forma, foi chamada a acompanhar os processos de cancelamento dos contratos *swap* das empresas públicas, se teve algum papel nisso, se de alguma forma participou, direta ou indiretamente, nesse processo ou se, após a transmissão, digamos assim, da informação e da pasta ao IGCP nada mais fez relativamente a este assunto.

Para terminar, gostaria de colocar uma questão que já foi abordada aqui sobre o ponto 3 do Despacho n.º 896/2011, que determina que deveria ser realizado um conjunto de reuniões entre o IGF, o IGCP e a DGTF para, de forma articulada, analisar o impacto da contratação de *swaps* nas empresas públicas.

Já nos disse aqui que essas reuniões não se realizaram, que foram adiadas para um momento mais oportuno e, portanto, presumo que depois nunca se chegaram a realizar, que esse momento oportuno nunca veio a concretizar-se e houve a passagem da pasta para o IGCP.

Relativamente a esta questão, gostava de perguntar-lhe se, quando sentiu que não era ainda o momento oportuno, porque provavelmente a informação ainda não estava disponível ou por outras razões, se transmitiu esta informação à Secretária de Estado do Tesouro, basicamente dizendo que o ponto 3 do Despacho não estava a ser cumprido naquele momento e que era remetido o seu cumprimento para um momento mais oportuno? A Secretária de Estado deu-lhe alguma orientação concreta no sentido de não articular com estas entidades ou de esperar até que o assunto passasse para o IGCP? No fundo, o que é que lhe foi dito pela Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro relativamente ao cumprimento do ponto 3 do Despacho?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Sá, vou tentar esquematizar um pouco as respostas às suas questões.

A primeira, que é uma afirmação, se bem entendi, é que não haveria da parte da Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças a disponibilidade de me dar recursos humanos. Só que isso é impossível. Isso teria de ser feito por contratação, por concurso, por todo um conjunto de

procedimentos. Por isso, por maior vontade que houvesse, não é uma empresa pública nem é uma empresa privada que contrata recursos humanos. Há todo um processo que teria de ser submetido e devo dizer que até começámos a equacionar um concurso interno. Mas isto paralelamente à questão que penso ser fundamental.

Portanto, isto só para um melhor enquadramento das suas perguntas.

No que se refere à recolha de informação, fez-se essa recolha em fevereiro de 2012 e em julho de 2012. Depois, em agosto de 2012, já com o IGCP, a primeira informação que remetemos ao IGCP foi a 16 de agosto, para as empresas públicas reclassificadas. Depois, em setembro de 2012, também fomos informando, a pedido do IGCP, para as empresas públicas não reclassificadas. Aí, para além dos elementos e das características da maturidade e da base de incidência dos *swaps*, foi-nos pedida a parte jurídica, isto é, os contratos que estão por trás daqueles *swaps*. Essa recolha de contratos foi divulgada e entregue ao IGCP em 16 de agosto de 2012 e, depois, em setembro de 2012.

Portanto, terminámos a informação para o IGF em 28 de dezembro de 2011, que é uma informação eventualmente mais agregada. Inclusive, recebemos um ofício do IGF, que, no fundo, pretendia saber a percentagem de cumprimento e o número de respostas, e não tanto o seu conteúdo. Portanto, a informação que foi divulgada junto do IGCP já tinha o conteúdo dos contratos, mas a parte jurídica só foi divulgada em agosto e setembro.

Quanto aos processos de cancelamento, que penso que foi a sua última questão, Sr. Deputado, a DGTF tem conhecimento dos processos de cancelamento por despacho interno da Sr.^a Secretária de Estado relativamente às empresas públicas. Portanto, há uma informação ao IGCP e à DGTF em que é transmitido à DGTF, empresa a empresa ou contrato a contrato, banco a banco, esse cancelamento. Penso que é uma divulgação

que é restrita, porque estamos a falar de bancos que estão envolvidos nesses cancelamentos.

De qualquer maneira, o IGCP tem essa informação, eventualmente mais sistematizada do que a DGTF, mas a DGTF tem conhecimento dos cancelamentos.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Peço a palavra para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, só para recordar que não foi respondida a última questão sobre o cumprimento do ponto 3 relativo às reuniões entre as três entidades e sobre se colocou à Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro.

É apenas para relembrar esta questão, a que agradeço que responda.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Peço imensa desculpa, Sr. Deputado. Realmente, passou-me esse ponto.

A DGTF informou a Inspeção-Geral de Finanças da falta de oportunidade da reunião, por não ter ainda orientações precisas da Sr.^a Secretária de Estado. Adicionalmente, com a atribuição de todo este processo para o IGCP, não fazia sentido da parte da Direção-Geral do Tesouro e Finanças estar a fazer reuniões, até porque, paralelamente, fizemos o trabalho de «formiga», que foi compilar elementos e informações.

O Sr. Presidente: — Dou agora a palavra à Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Diretora-Geral, de alguma forma, o Despacho n.º 896/2011 estabelece mais ou menos um caminho. Pode fazer-se uma avaliação, se ele chegou tarde ou cedo, mas ele estabelece o caminho de que as empresas informam a Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre a sua situação e com propostas de solução, o IGF, IGCP e DGTF fazem a avaliação dessa informação e também apresentam uma proposta de solução, e a DGTF contrataria, caso fosse necessário, serviços da Caixa Geral de Depósitos, em termos de consultadoria financeira, para fazer a avaliação destes contratos que são complexos.

O que não conseguimos perceber é o que aconteceu a meio do processo. Ou seja, se este despacho não foi revogado, por que é que ele não foi cumprido? E sendo que a DGTF tem as funções da tutela financeira do setor empresarial do Estado, temos dificuldade em perceber porque não a DGTF fazer este processo que lhe é cometido pelo despacho que é herdado do anterior Governo.

Portanto, a primeira coisa que gostava de perceber é se houve instruções, despachos que desconhecamos, no sentido de inviabilizar alguns dos pontos do Despacho n.º 896/2011, porque senão ele continuava em vigor.

Segunda questão que lhe queria colocar é a dos tempos. Aparentemente a DGTF dá informação ao Governo, desde 12 de agosto de 2011, de as perdas potenciais serem «colossais» (como, agora, costumamos dizer), e até 27 de agosto, que é a alteração dos Estatutos do IGCP, que é publicada em *Diário da República*, ou 16 de agosto de 2012, quando finalmente os contratos chegam ao IGCP, aparentemente, nada acontece.

Ora, a Sr.^a Diretora-Geral dá-nos aqui um dado importante. Diz-nos que numa reunião tida com a Metro de Lisboa, a 28 de outubro, a informação que é recolhida com a Metro de Lisboa é a de que estes contratos incluem cláusulas de cancelamento antecipado por parte dos bancos.

Ora, a Sr.^a Secretária de Estado, agora, Ministra das Finanças, veio dizer-nos exatamente que o Governo foi contactado por vários bancos com a ameaça de exercício de opções de vencimento antecipado, e ficou preocupada com as perdas potenciais. Como é que esta informação chega à DGTF a 28 de outubro de 2011 e o processo de resolução só começa a ter cumprimento oficial, aparentemente, em agosto de 2012?

Há aqui um intervalo de tempo, de 10 meses, em que precisamos de perceber exatamente o que é que aconteceu. Portanto, aquilo que gostava de perceber é se, desta reunião que a senhora teve com o Metro de Lisboa em relação a contratos de *swap* com cláusulas de vencimento antecipado, esta informação foi ou não transmitida à Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, e se durante este tempo houve alguma instrução, algum despacho, alguma instrução interna no sentido de haver uma alteração de procedimentos em relação a um despacho que, até agora, estava em vigor, e o que é que pretendia a Sr.^a Secretária de Estado.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ana Drago, muito obrigada pelas suas questões.

Em primeiro lugar, no âmbito da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, desconheço algum despacho de alteração; não sei se ocorreram despachos paralelamente à IGF ou ao IGCP, não lho posso afirmar.

Relativamente à reunião com a Metro de Lisboa, ela ocorreu em 9 de dezembro de 2011 e eu informei a Sr.^a Secretária de Estado em 12 de dezembro de 2011. Penso que o dia 9 de dezembro foi uma sexta-feira e eu informei a 12 de dezembro de 2011, e estava suportado num parecer do IGCP, parecer esse que apontava várias soluções, de alguma complexidade, mas todas elas tinham uma restrição comum, que era a não existência de enquadramento legal para optar por qualquer das soluções, para além de outros considerandos de achar que não era adaptado dar uma orientação só para uma empresa, por causa do efeito de imitação nas instituições financeiras, relativamente aos outros processos e às outras empresas.

Penso que respondi às questões da Sr.^a Deputada.

O Sr. Presidente: — Vamos agora passar ao PSD, pelo que dou a palavra à Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro.

A Sr.^a Elsa Cordeiro (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Diretora-Geral, indo um pouco ao encontro das dúvidas agora suscitadas pela Deputada Ana Drago, e como já nos referiu hoje que, havendo falta de meios na Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e tendo sido essa falta de meios reportada à então Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, em sua opinião, sendo o IGCP responsável pela gestão da dívida pública, seria o mais habilitado para conduzir este *dossier*? Penso que seria importante isto ficar aqui esclarecido, tanto mais que, após agosto de 2012, as empresas públicas, aí sim, passaram a ter de pedir um visto prévio vinculativo ao IGCP para todos os contratos de financiamento ou de gestão de risco financeiro que queiram assinar. Por isso, somos de opinião que este Governo tudo tem feito para resolver um problema que herdou do passado.

Em sua opinião, tinha ou não que se alterar a lei orgânica do IGCP para este organismo poder intervir? Isso também é importante ficar aqui, hoje, esclarecido.

Acha que o setor público dispõe, agora, das valências necessárias para a adequada gestão, monitorização e controlo deste tipo de contratos? Acha que neste momento podemos dizer que situações iguais a estas não se vão repetir? É muito importante que este ponto aqui fique esclarecido, porque o atual Governo reforçou os mecanismos de controlo e monitorização do endividamento das empresas públicas, nomeadamente, como já referi, reforçando as competências do IGCP e, por isso, acho que é importante hoje ouvirmos a sua opinião quanto a estas questões que agora lhe coloquei.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro, muito obrigada pelas questões.

Relativamente ao IGCP, é evidente que o IGCP tem valências de gestão da dívida pública direta e, portanto, naturalmente, terá mais facilidade de ter valências na gestão da dívida pública indireta. Infelizmente, como Diretora-Geral, direi que temos valências para avaliar e acompanhar procedimentos, não temos *know-how* para negociar ou contratar este tipo de instrumentos.

Relativamente ao facto de existir ou não hoje melhor perceção ou melhores meios para se evitarem situações futuras, penso que há dois momentos que são importantes. Já foi submetida à Assembleia uma proposta de lei do setor empresarial do Estado que reforça a competência

do Ministério das Finanças e determina de uma forma inequívoca situações de controlo por parte dos representantes do Ministério das Finanças.

Pensamos que esse diploma irá dar alguma robustez a este tipo de situações. O facto de o próprio IGCP, embora contratando uma entidade externa, e esperando que essa entidade externa também consiga dar algum *know-how* aos próprios colaboradores do IGCP, dá-nos as garantias de que temos uma situação necessariamente diferente da situação com que me confrontei em 16 de agosto de 2011.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr.^a Diretora-Geral.

Pergunto, agora, às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados se há ainda algum pedido de palavra, nesta fase final dos nossos trabalhos. Vou tomar nota nos casos em que isso aconteça.

Pausa.

Está a pedir a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá, que é o único. Portanto, não darei a palavra depois, como todos estarão de acordo, a mais nenhum Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá, para o que dispõe de dois minutos.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, não utilizarei com certeza os dois minutos.

Queria pedir uma opinião final sobre este processo. Tínhamos um despacho que determinava que até 30 de junho de 2011 se procedesse à recolha de informação sobre os *swaps* das empresas públicas, acompanhada de uma proposta de mitigação de riscos.

De acordo com a informação que nos tem sido prestada, e hoje confirmada pela Sr.^a Diretora-Geral, só em setembro de 2012, ou seja, 14 meses depois, é que este processo de recolha de informação estava concluído e só a partir dessa altura, então, é que se deu início ao processo de negociação com os bancos para cancelamento desses contratos *swaps*.

Várias entidades estiveram envolvidas neste processo, mas demorou 14 meses. Nesses 14 meses e com informações também apuradas por esta Comissão, tivemos um agravamento, uma degradação das carteiras de *swaps* das empresas públicas.

Em junho de 2011, quando o atual Governo tomou posse, de acordo com a Sr.^a Secretária de Estado, as carteiras tinham um valor negativo de 1600 milhões de euros; 14 meses depois, quando finalmente se conclui o processo de recolha de informação e se dá início ao cancelamento dos contratos, esse valor da carteira já se tinha agravado para -3200 milhões de euros, ou seja, duplicou nesses 14 meses. Se tivermos uma boa aritmética, simples, vemos que, por cada dia que passou, a carteira degradou-se 3 a 4 milhões de euros/dia.

Portanto, gostaria de lhe perguntar, Sr.^a Diretora-Geral, com a experiência que tem na área, com o conhecimento interno de todo este processo, como Diretora-Geral, se considera razoável, perante os riscos em causa, perante a degradação acelerada da carteira, portanto, a um ritmo de que 3 a 4 milhões de euros/dia, se considera razoável que se tenha demorado 14 meses para recolher informação e dar início ao processo de cancelamento dos *swaps*.

Gostava de obter a sua opinião, como pessoa que tem experiência na área e que também esteve por dentro e participou no processo, pela parte da DGTF.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Diretora-Geral, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a Elsa Roncon dos Santos: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Sá, agradeço a sua questão, que é muito pertinente, e relativamente à mesma vou dividir a resposta em duas partes.

É evidente que houve um trabalho que foi feito pela primeira vez na DGTF, que nunca tinha sido feito e que, portanto, levou uma série de tempo, exatamente porque não era um trabalho de rotina.

Quanto à minha opinião pessoal, escuso-me de a emitir nesta Comissão.

O Sr. Presidente: — É tudo, portanto, o que a Sr.^a Diretora-Geral, tem a dizer-nos? Tem uma opinião própria, mas mantém-na reservada.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegámos ao final dos nossos trabalhos de hoje.

Agradeço à Sr.^a Diretora-Geral a sua presença e a sua disponibilidade.

Srs. Deputados, lembro que a nossa sessão de trabalhos de amanhã terá início às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 17 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.